

## **EDITAL DE PREGÃO Nº 033/19**

### **MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA**

#### **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL**

**TIPO DE JULGAMENTO:** menor preço por item

**LIMITE PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E INÍCIO DO CREDENCIAMENTO: 9H do dia 30/10/2019.**

### **EDITAL DE PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CARTELAS DE FOTOS 3X4 PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CANDELÁRIA**, no uso de suas atribuições, torna público, para o conhecimento dos interessados, que às **9h do dia 30 de outubro de 2019**, junto a sala da Divisão de Licitações, localizada nos fundos da Prefeitura Municipal de Candelária, Sala 08, se reunirão a pregoeira e a equipe de apoio, com a finalidade de receber propostas e documentos de habilitação, objetivando **O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CARTELAS DE FOTOS 3X4 PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO**, processando-se esta licitação nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147/2014, nº 155/16 e do Decreto Municipal nº 039, de 12 de maio de 2006, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações.

A presente licitação será exclusiva às beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006, nos termos do seu art. 48, inciso I, e posteriores alterações.

Recomenda-se a leitura integral e acurada deste Edital, pois a apresentação de proposta implica aceitação tácita dos seus termos, tendo em vista a decadência do direito de impugnação, não cabendo à licitante alegação de desconhecimento das normas que regem o presente certame e a contratação.

### **1. DO OBJETO**

**1.1.** A presente licitação destina-se a escolha da melhor proposta de preço unitário, do item especificado neste edital, para constarem em registro de preços a serem fornecidos



em quantidade compreendida entre aquelas informadas como mínimas e máximas quando dele o município tiver necessidade.

ITEM	QUANT. MIN	QUANT. MAX.	UN	ESPECIFICAÇÃO
01	01	250	UN	CARTELAS DE FOTOS 3X4, QUATRO FOTOS POR CARTELA, PARA CONFEÇÃO DE DOCUMENTOS.

1.2. A proposta vencedora ficará à disposição da Administração que, se e quando desejar adquirir valer-se-á dos preços registrados, tantas vezes quanto desejar (dentro dos limites estabelecidos neste Edital). Portanto, fica ressalvado, desde já, que a Administração não está obrigada a contratar e adquirir os produtos licitados e registrados.

## 2. DA PARTICIPAÇÃO

### 2.1. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

2.1.1. Para participação no certame, a licitante, além de atender ao disposto no item 7 deste edital, deverá apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados, respectivamente, como de nº 1 e nº 2, para o que se sugere a seguinte inscrição:

AO MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA  
EDITAL DE PREGÃO Nº 033/19  
ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA  
PROPONENTE (NOME COMPLETO)

AO MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA  
EDITAL DE PREÇÃO Nº 033/19  
ENVELOPE Nº 02 - HABILITAÇÃO  
PROPONENTE (NOME COMPLETO)

2.2. Não poderão participar desta licitação as empresas que se enquadram no disposto no Art. 9º da Lei 8.666/93.



Dionatan Tavares da Silva  
Sec. Mun. de Administração

### 3. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO



Nestor Rubem Ellwanger  
Vice Prefeito Municipal



Tanaela Ellwanger Muller  
Subprocuradora do Município  
OAB/RS 86.371



Franciele Schröder  
Procuradora-Geral do Município  
OAB/RS 95.508

**3.1.** A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto a pregoeira, diretamente, por meio de seu representante legal, ou através de procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.

**3.1.1.** A identificação será realizada, exclusivamente, através da apresentação de documento de identidade.

**3.2.** A documentação referente ao credenciamento de que trata o item 3.1 deverá ser apresentada fora dos envelopes.

**3.3.** O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

**a) se representada diretamente, por meio de dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado, deverá apresentar:**

**a.1)** cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado;

**a.2)** documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações;

**a.3)** inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;

**a.4)** decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

**a.5)** registro comercial, se empresa individual.

**b) se representada por procurador, deverá apresentar:**

**b.1)** instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante reconhecida, em que conste os requisitos mínimos previstos no art. 654, § 1º, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; ou

**b.2)** carta de credenciamento outorgado pelos representantes legais da licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.



Dionatan Tavares da Silva  
Sec. Mun. de Administração

**c) para ambos**

**c.1)** Declaração, sob as penas da Lei, emitida pela empresa participante, de que é beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, e posteriores alterações.



Nestor Rubem Ellwanger  
Vice Prefeito Municipal



Tanaela Ellwanger Muller  
Subprocuradora do Município  
OAB/RS 86.371



Franciele Schröder  
Procuradora-Geral do Município  
OAB/RS 95.508

**c.2)** Declaração, sob as penas da Lei, emitida pela empresa participante, de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação.

**Observação 1:** Em ambos os casos (b.1 e b.2), o instrumento de mandato deverá estar acompanhado do ato de investidura do outorgante como representante legal da empresa.

**Observação 2:** Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar a carta de credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

**3.4.** Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatório a licitante fazer-se representar em todas as sessões públicas referentes à licitação.

**3.5.** Não apresentada à documentação do item **3.3** alínea ‘c’, a licitante será impedida de participar da licitação.

**3.6.** Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma licitante, salvo em caso de itens diferentes.

**3.7.** Após o término do credenciamento, será proibida a utilização de qualquer aparelho de comunicação dentro da sala de licitação e durante o tempo que a sessão ocorrer.

#### **4. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES**

**4.1.** No dia, hora e local, mencionados no preâmbulo deste edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à sessão pública do pregão, a pregoeira, inicialmente, receberá os envelopes nº 01 - PROPOSTA e 02 - HABILITAÇÃO.

**4.2.** Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária.

**4.3.** A pregoeira então realizará o credenciamento das interessadas.

#### **5. DA PROPOSTA DE PREÇO**

**5.1.** A proposta deverá ser preenchida pela licitante no PORTAL DE AUTOATENDIMENTO, no site oficial da Administração Pública na internet, através do seguinte endereço eletrônico: <https://candelaria.atende.net/?pg=autoatendimento#!/>, mediante acesso na aba ‘ENVIAR PROPOSTA DE LICITAÇÕES’.

**5.1.1.** A proposta sempre deverá ser preenchida na íntegra, sendo que em caso de preenchimento parcial a mesma pode ser complementada através da rotina de alteração.



Dionatan Tavares da Silva  
Sec. Murr. de Administração



Nestor Rubem Ellwanger  
Vice Prefeito Municipal



Tanaela Ellwanger Muller  
Subprocuradora do Município  
OAB/RS 86.371



Franciele Schröder  
Procuradora-Geral do Município  
OAB/RS 95.508



**5.1.2.** O sistema permitirá apenas a importação de uma única proposta por fornecedor.

**5.1.3.** A proposta será armazenada criptografada, de forma que ficará ilegível para a Administração Pública e/ou terceiros.

**5.1.4.** A única forma de recuperar esta informação será utilizando a chave de descryptografia, que será impressa no relatório das propostas, que será gerado após o cadastro da licitante.

**5.1.5.** Em razão do disposto no item 5.1.4, a Administração Pública recomenda que o relatório seja guardado pela licitante em segurança, pois se for necessário realizar alguma alteração em sua proposta, esta terá que informar esta chave ou terá que digitar todos os valores novamente.

**5.2.** A proposta, cujo prazo de validade é fixado pela Administração em 60 dias, deverá, ainda, ser apresentada em folhas sequencialmente numeradas e rubricadas, sendo a última datada e assinada pelo representante legal da empresa, ser redigida em linguagem clara, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, e deverá conter:

- a) razão social da empresa;
- b) descrição completa do produto ofertado;
- c) **preço unitário** líquido (conforme Termo de Referência), indicado em moeda nacional, onde deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta da licitante vencedora;
- d) a chave de descryptografia, que será impressa no relatório das propostas, conforme o disposto no item 5.1.4 deste Edital.

**Observação:** Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver, também em eventual contratação.

**5.3.** Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela pregoeira.

## **6. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

**6.1.** A proposta financeira deverá ser apresentada por item e o julgamento ocorrerá pelo **valor unitário** dos itens.

**6.1.1.** As propostas não poderão ultrapassar o valor máximo definido no Termo de Referência (ANEXO I).



Dionatan Tavares da Silva  
Sec. Mun. de Administração



Nestor Rubem Ellwanger  
Vice Prefeito Municipal



Tanaela Ellwanger Muller  
Subprocuradora do Município  
OAB/RS 86.371



Franciele Schröder  
Procuradora-Geral do Município  
OAB/RS 95.508

**6.2.** Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.

**6.3.** Não havendo, pelo menos, 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

**6.4.** No curso da sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados, individualmente, de forma sequencial, a apresentarem novos lances verbais, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor, até a proclamação da vencedora.

**6.5.** Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

**6.6.** A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, obedecida a ordem prevista nos itens 6.3 e 6.4.

**6.6.1.** Dada a palavra a licitante, esta disporá de 60s (sessenta segundos) para apresentar nova proposta.

**6.7.** É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

**6.7.1** A diferença entre cada lance não poderá ser inferior a 1%.

**6.8.** Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes no item 13 deste edital.

**6.9.** O desinteresse em apresentar lance verbal, quando convocada pela pregoeira, implicará na exclusão da licitante da etapa competitiva e, conseqüentemente, no impedimento de apresentar novos lances, sendo mantido o último preço apresentado pela mesma, que será considerado para efeito de ordenação das propostas.

**6.10.** Caso não seja ofertado nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a contratação, podendo a pregoeira negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

**6.11.** O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pela pregoeira, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

**6.12.** Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, a pregoeira verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais



Dionatan Tavares da Silva  
Sec. Mun. de Administração



Nestor Rubem Ellwanger  
Vice Prefeito Municipal



Tanaela Ellwanger Muller  
Subprocuradora do Município  
OAB/RS 86.371



Franciele Schröder  
Procuradora-Geral do Município  
OAB/RS 95.508



baixo, comparando-a com os valores consignados em planilha de custos, decidindo motivadamente a respeito.

**6.13.** A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarada vencedora a licitante que ofertar o menor preço unitário, desde que a proposta tenha sido apresentada de acordo com as especificações deste edital e seja compatível com o preço de mercado.

**6.14.** Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
- b) forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;
- c) afrontem qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do item 5;
- d) contiverem opções de preços alternativos ou que apresentarem preços manifestamente inexequíveis.
- e) após a fase de lances permanecerem com valores superiores aos previstos no Termo de Referência (ANEXO I).

**Observação:** Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

**6.15.** Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

**6.16.** Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos.

**6.17.** A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto serem esclarecidas previamente junto a Divisão de Licitações deste Município, conforme subitem 14.1 deste edital.

**6.18.** Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

## **7. DA HABILITAÇÃO**

**7.1.** Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá apresentar, dentro do **ENVELOPE N.º 02**, os seguintes documentos:



Dionatan Tavares da Silva  
Sec. Mun. de Administração



Nestor Rubem Ellwanger  
Vice Prefeito Municipal



Tanaela Ellwanger Muller  
Subprocuradora do Município  
OAB/RS 86.371



Franciele Schröder  
Procuradora-Geral do Município  
OAB/RS 95.508



a) Declaração sob as penas da Lei, expedida pela empresa participante, de que a mesma não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso, ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em atendimento ao previsto na Lei nº 9.854/99, regulamentada pelo Decreto nº 4.358/02 e de acordo com a previsão da Constituição Federal em seu artigo 7º, inciso XXXIII;

b) Declaração sob as penas da Lei, expedida pela empresa participante, de que a empresa não foi considerada inidônea para contratar com a Administração Pública.

#### **7.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

a) Registro comercial, no caso de empresa individual; ou

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou

c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**7.1.1.1** Será dispensada da apresentação, no envelope de habilitação, dos documentos referidos no item 7.1.1, a empresa que já os houver apresentado no momento do credenciamento, previsto item 3 deste edital.

#### **7.1.2 REGULARIDADE FISCAL:**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

b) Alvará de localização fornecido pelo Município do estabelecimento, pertinente ao seu ramo de atividades;

c) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débito de Tributos e Contribuições Federais expedida pela Secretaria da Receita Federal e Certidão Negativa de Débitos quanto à dívida ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional);

d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

f) Prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de

Serviço (FGTS).



Dionatan Tavares da Silva  
Sec. Mun. de Administração

#### **7.1.3 REGULARIDADE TRABALHISTA:**



Nestor Rubem Ellwanger  
Vice Prefeito Municipal



Tanaela Ellwanger Muller  
Subprocuradora do Município  
OAB/RS 86.371



Franciele Schröder  
Procuradora-Geral do Município  
OAB/RS 95.508





a) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – Lei nº 12.440/2011.

### **OBSERVAÇÕES:**

**7.2.** A licitante que possuir restrição em qualquer dos documentos previstos nos itens 7.1.2 e 7.1.3 deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em **cinco dias úteis**, a da sessão em que foi declarada como vencedora do certame.

**7.2.1.** O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

**7.2.2.** Ocorrendo a situação prevista no item 7.2, a sessão do pregão será suspensão, podendo a pregoeira fixar, desde logo, a data em que se dará continuidade ao certame, ficando os licitantes já intimados a comparecer ao ato público, a fim de acompanhar o julgamento da habilitação.

**7.2.3.** O benefício de que trata o item 7.2 não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

**7.2.4.** A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 7.3, implicará na inabilitação do licitante e a adoção do procedimento previsto no item 8.2, sem prejuízo das penalidades previstas no item 14.1, alínea *a*, deste edital.

**7.3.** O envelope de documentação que não for aberto ficará em poder da pregoeira pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

**7.4.** Os documentos que não indicarem seu prazo de validade deverão ser expedidos com até 90 dias de antecedência da data designada para o recebimento de documentos e propostas.

**7.5.** Os documentos necessários para a participação deste certame devem ser apresentados em via original ou cópia autenticada.

## **8. DA ADJUDICAÇÃO**

**8.1.** Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante que ofertar o menor preço será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

**8.2.** Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, a pregoeira inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital,



Dionatan Tavares da Silva  
Sec. Mun. de Administração



Nestor Rubem Ellwanger  
Vice Prefeito Municipal



Tanaela Ellwanger Muller  
Subprocuradora do Município  
OAB/RS 86.371



Franciele Schröder  
Procuradora-Geral do Município  
OAB/RS 95.508

sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que a pregoeira poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

**8.3.** Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, a pregoeira proclamará a vencedora e, a seguir, proporcionará às licitantes a oportunidade para manifestarem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação expressa, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recorrer por parte da licitante.

## **9. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**9.1.** Tendo a licitante manifestado motivadamente, na sessão pública do pregão, a intenção de recorrer, esta terá o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões de recurso.

**9.1.1.** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e, a adjudicação do objeto da licitação pela pregoeira ao vencedor.

**9.2.** Constará na ata da sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todas, vista imediata do processo.

**9.3.** A manifestação expressa da intenção de interpor recurso e da motivação, na sessão pública do pregão, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

**9.4.** O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio daquela que praticou o ato recorrido, a qual poderá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir, acompanhado de suas razões, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da subida do recurso, sob pena de responsabilidade daquele que houver dado causa à demora.

## **10. DA PUBLICAÇÃO**

**10.1.** Todas as atas, termo de homologação e resultados relativos ao processo licitatório serão publicados na imprensa oficial para fins de ciência e intimação dos atos, qual seja, o site [www.candelaria.rs.gov.br](http://www.candelaria.rs.gov.br), de acordo com a Lei nº 842 de 10 de maio de 2013.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA**

**11.1.** As lances devem ser tiradas na sede da empresa vencedora ou em local específico disponibilizado pela mesma, dentro do perímetro urbano do município, em dias úteis e em horário comercial;



Dionatan Tavares da Silva  
Sec. Mun. de Administração



Nestor Rubem Ellwanger  
Vice Prefeito Municipal



Tanaela Ellwanger Muller  
Subprocuradora do Município  
OAB/RS 86.371



Franciele Schröder  
Procuradora-Geral do Município  
OAB/RS 95.508

**11.2.** A realização das fotos será efetuada após a apresentação, pelo usuário, de requisição emitida pela Secretaria de Assistência Social e Habitação e assinada por um técnico social integrante das equipes de referência do CRAS e CREAS;

**11.3.** O material produzido deverá ser entregue ao usuário, mediante o comparecimento deste na sede da empresa vencedora ou em local específico disponibilizado pela mesma, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados a partir da data de apresentação da requisição do serviço.

**11.3.1.** O não comparecimento do usuário no prazo estabelecido exime a empresa vencedora de responsabilidade quanto ao não cumprimento deste, devendo a empresa realizar a entrega do material produzido assim que o usuário apresentar-se para retirada do mesmo;

**11.4.** Manter, durante o prazo do registro, as mesmas condições de habilitação;

**11.5.** Comunicar à Secretaria, imediatamente, qualquer ocorrência ou anormalidade que venha interferir na entrega do objeto da presente licitação;

**11.6.** Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução dos serviços;

## **12. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

**12.1.** Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA referente a aquisição dos produtos, em conformidade ao item 13;

**12.2.** Determinar as providências necessárias quando os produtos e a entrega não estiverem na forma estipulada neste edital, sem prejuízo da aplicação das sanções pertinentes, quando for o caso.

**12.3.** Designar servidor pertencente ao quadro da CONTRATANTE, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto desta licitação.


**12.3.1.** A fiscalização da ata de registro de preços ficará sob a responsabilidade da Secretária Municipal Ginevra Haubert da Silveira.

**12.4.** Enviar o empenho à contratada, responsabilidade do Almoxarifado Central.


## **13. DO PAGAMENTO**


**13.1.** Os produtos serão pagos mensalmente, após entrega da Nota Fiscal e comprovação de sua realização mediante a apresentação das requisições junto à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

**13.1.1.** A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter em local de fácil visualização, a indicação do número do pregão, número da nota de empenho e

 **Dionatan Tavares da Silva**  
Sec. Mun. de Administração

 **Nestor Rubem Ellwanger**  
Vice Prefeito Municipal

 **Tanaela Ellwanger Muller**  
Subprocuradora do Município  
OAB/RS 86.371

 **Franciele Schröder**  
Procuradora-Geral do Município  
OAB/RS 95.508

dados bancários atualizados, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

#### **14. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E COMPOSIÇÃO FINANCEIRA**

**14.1.** Não haverá reajuste de preços durante a vigência do presente registro de preços.

**14.2.** Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

**14.3.** A empresa deverá prever em sua proposta as altas e baixas sazonais nos preços dos produtos a serem fornecidos, os dissídios coletivos anuais das categorias profissionais envolvidas na contratação, a inflação do período de fornecimento, e outros fatores que poderão influenciar o custo do produto durante o prazo de vigência do registro de preços, uma vez que estes não estão previstos nas situações do dispositivo legal anteriormente citado.

**14.4.** O Fornecedor do registro de preços deverá solicitar a atualização dos preços vigentes formalmente ao Município de Candelária, acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: notas fiscais de aquisição dos produtos ou outros documentos comprobatórios, que serão analisados pelo Município.

**14.5.** Independentemente da solicitação de que trata o item 14.4, a Administração poderá, na vigência do registro, solicitar a redução de preços registrados, garantido a prévia defesa do beneficiário do registro, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando as alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da assinatura da ata pelas partes interessadas.

**14.6.** O preço atualizado não poderá ser superior ao praticado no mercado.

#### **15. DAS PENALIDADES**

**15.1.** Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

b) manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos;



Dionatan Tavares da Silva  
Sec. Mun. de Administração



Nestor Rubem Ellwanger  
Vice Prefeito Municipal



Tanaela Ellwanger Muller  
Subprocuradora do Município  
OAB/RS 86.371



Franciele Schröder  
Procuradora-Geral do Município  
OAB/RS 95.508



c) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

d) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;

e) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 5 (cinco) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;

f) inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;

g) inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;

h) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.

**15.2.** As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

**15.3.** Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**16.1.** Impugnações e/ou informações sobre o presente edital podem ser solicitadas junto a Divisão de Licitações em dia e horário de expediente, pelo fone (51) 3743-8106, pelos emails [licitacoes@candelaria.rs.gov.br](mailto:licitacoes@candelaria.rs.gov.br) ou [licitacoes2@candelaria.rs.gov.br](mailto:licitacoes2@candelaria.rs.gov.br).

**16.2.** Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Município, na Divisão de Licitações.

**16.3.** Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.

**16.4.** Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, *e-mail* e os números de fax e telefone.



Dionatan Tavares da Silva  
Sec. Mun. de Administração



Nestor Rubem Ellwanger  
Vice Prefeito Municipal



Tanaela Ellwanger Muller  
Subprocuradora do Município  
OAB/RS 86.371



Franciele Schröder  
Procuradora-Geral do Município  
OAB/RS 95.508



**16.5.** As cópias extraídas da internet dos documentos referidos nos itens 7.1.2 e 7.1.3, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração.

**16.6.** A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº 8.666-93).

**16.7.** Todas as atas, termo de homologação e resultados relativos ao processo licitatório serão publicados na imprensa oficial para fins de ciência e intimação dos atos, qual seja, o *site* [www.candelaria.rs.gov.br](http://www.candelaria.rs.gov.br) de acordo com a Lei nº 842 de 10 de maio de 2013.

**16.8.** Constituem anexos e fazem parte deste edital:

Anexo I – Termo de referencia;

Anexo II – Modelo declaração de acordo com o inciso V do artigo 27 da lei 8.666/93 acrescido pela Lei nº 9.854/99;

Anexo III - Modelo declaração de idoneidade para licitar;

Anexo IV – Minuta da ata de registro de preços.

**16.9.** Fica eleito o Foro da Comarca de Candelária para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Candelária, 08 de outubro de 2019.

Assinado digitalmente por:  
**NESTOR RUBEM ELLWANGER**  
Vice - Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por:  
**DIONATAN TAVARES DA SILVA**  
Secretário Municipal da Administração

Este Edital de Pregão nº 033/19 foi revisado em 11 de outubro de 2019, e está de acordo com a legislação, ressalvado quanto ao objeto, uma vez que este exame desborda da análise jurídica.

Assinado digitalmente por:  
**TANAELA ELLWANGER MULLER**  
Subprocuradora do Município  
OAB/RS Nº 86.371

Assinado digitalmente por:  
**FRANCIÉLE SCHRÖDER**  
Procuradora-Geral do Município  
OAB/RS Nº 95.508



Dionatan Tavares da Silva  
Sec. Mun. de Administração



Nestor Rubem Ellwanger  
Vice Prefeito Municipal



Tanaela Ellwanger Muller  
Subprocuradora do Município  
OAB/RS 86.371



Franciele Schröder  
Procuradora-Geral do Município  
OAB/RS 95.508



## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

**Data:** 08 de outubro de 2019.

**LIMITE PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E INÍCIO DO CREDENCIAMENTO:**  
9H do dia 30/10/2019.

**1. Objeto:** O presente termo tem por objeto o registro de preços para aquisição de cartelas de fotos 3x4, conforme abaixo especificado:

ITEM	QUANT. MIN	QUANT. MAX.	UN	ESPECIFICAÇÃO	VALOR DE REFERENCIA
01	01	250	UN	CARTELAS DE FOTOS 3X4, QUATRO FOTOS POR CARTELA, PARA CONFEÇÃO DE DOCUMENTOS.	R\$ 12,17

**2. Do Pagamento:** Os produtos serão pagos mensalmente, após entrega da Nota Fiscal e comprovação de sua realização mediante a apresentação das requisições junto à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

**3. Do modo de fornecimento:** As fotos devem ser tiradas na sede da empresa vencedora ou em local específico disponibilizado pela mesma, dentro do perímetro urbano do município, em dias úteis e em horário comercial. A realização das fotos será efetuada após a apresentação, pelo usuário, de requisição emitida pela Secretaria de Assistência Social e Habitação e assinada por um técnico social integrante das equipes de referência do CRAS e CREAS. O material produzido deverá ser entregue ao usuário, mediante o comparecimento deste na sede da empresa vencedora ou em local específico disponibilizado pela mesma, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados a partir da data de apresentação da requisição do serviço. O não comparecimento do usuário no prazo estabelecido exime a empresa vencedora de responsabilidade quanto ao não cumprimento deste, devendo a empresa realizar a entrega do material produzido assim que o usuário apresentar-se para retirada do mesmo;



Dionatan Tavares da Silva  
Sec. Mun. de Administração



Nestor Rubem Ellwanger  
Vice Prefeito Municipal



Tanaela Ellwanger Muller  
Subprocuradora do Município  
OAB/RS 86.371



Franciele Schröder  
Procuradora-Geral do Município  
OAB/RS 95.508





## ANEXO II

### MODELO: EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

#### DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no ....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

.....

(data)

.....

(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

  
assinado  
eletronicamente

Dionatan Tavares da Silva  
Sec. Mun. de Administração

  
assinado  
digitalmente

Nestor Rubem Ellwanger  
Vice Prefeito Municipal

  
assinado  
digitalmente

Tanaela Ellwanger Muller  
Subprocuradora do Município  
OAB/RS 86.371

  
assinado  
digitalmente

Franciele Schröder  
Procuradora-Geral do Município  
OAB/RS 95.508



## ANEXO III

### DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE PARA LICITAR

Ref.: (identificação da licitação)

Declaro, sob as penas da Lei, para fins da .....(modalidade da licitação) nº .....que a empresa .....não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da lei 8666/93, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos da habilitação que venha alterar a atual situação quanto a capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômica-financeira.

.....

(data)

.....

(nome)



Dionatan Tavares da Silva  
Sec. Mun. de Administração



Nestor Rubem Ellwanger  
Vice Prefeito Municipal



Tanaela Ellwanger Muller  
Subprocuradora do Município  
OAB/RS 86.371



Franciele Schröder  
Procuradora-Geral do Município  
OAB/RS 95.508



## ANEXO IV

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ (MINUTA) PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/19

Aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_ de \_\_\_\_, nas dependências da Prefeitura Municipal de Candelária, CNPJ nº 87.568.911/0001-06, situada na Av. Pereira Rego, 1665 o Prefeito Municipal, nos termos do art. 15 da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/19**, para **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CARTELAS DE FOTOS 3X4**, por deliberação do Pregoeiro e Equipe de Apoio, homologado em \_\_\_\_\_, e publicado na imprensa oficial, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** das empresas com preços mais vantajosos, por item, observadas as condições do Edital que rege o Pregão, aquelas enunciadas abaixo e nos itens que se seguem.

Item \_\_\_\_: (nome da empresa), CNPJ: \_\_\_\_\_ com sede na \_\_\_\_\_, representada nesse ato, por seu representante legal, Sr. \_\_\_\_\_, portador da cédula de identidade RG nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_;

#### 1. OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o registro de preços dos produtos especificados no Edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/19**, que passa a fazer parte dessa Ata, como parte integrante.

#### 2. VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.

**2.1.** Nos termos do art. 15 § 4º da Lei nº 8.666/93, e conforme do Decreto nº 1312/18, de 13 de dezembro de 2018, esse Município não está obrigado a adquirir exclusivamente por intermédio dessa Ata, durante o seu período de vigência, os produtos cujos preços nela estejam registrados, podendo adotar para tanto uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento aos registrados, no caso de igualdade de condições.

#### 3. CONTRATO

Para consecução dos fornecimentos dos produtos registrados nessa Ata serão celebradas notas de empenhos específicas com as empresas, conforme disposto nos subitens 5.1 a 5.8.



Dionatan Tavares da Silva  
Sec. Murr. de Administração



Nestor Rubem Ellwanger  
Vice Prefeito Municipal



Tanaela Ellwanger Muller  
Subprocuradora do Município  
OAB/RS 86.371



Franciele Schröder  
Procuradora-Geral do Município  
OAB/RS 95.508

#### 4. PREÇOS

Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços constam do “RELATÓRIO VENCEDOR”, em anexo a essa Ata.

#### 5. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E FORMA DE PAGAMENTO

**5.1.** As fotos devem ser tiradas na sede da empresa vencedora ou em local específico disponibilizado pela mesma, dentro do perímetro urbano do município, em dias úteis e em horário comercial;

**5.2.** A realização das fotos será efetuada após a apresentação, pelo usuário, de requisição emitida pela Secretaria de Assistência Social e Habitação e assinada por um técnico social integrante das equipes de referência do CRAS e CREAS;

**5.3.** O material produzido deverá ser entregue ao usuário, mediante o comparecimento deste na sede da empresa vencedora ou em local específico disponibilizado pela mesma, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados a partir da data de apresentação da requisição do serviço.

**5.3.1.** O não comparecimento do usuário no prazo estabelecido exime a empresa vencedora de responsabilidade quanto ao não cumprimento deste, devendo a empresa realizar a entrega do material produzido assim que o usuário apresentar-se para retirada do mesmo;

**5.4.** A contratada deverá manter, durante o prazo do registro, as mesmas condições de habilitação;

**5.5.** A contratada deverá comunicar à Secretaria, imediatamente, qualquer ocorrência ou anormalidade que venha interferir na entrega do objeto da presente licitação;

**5.7.** A contratada deverá responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução dos serviços;

**5.8.** Os produtos serão pagos mensalmente, após entrega da Nota Fiscal e comprovação de sua realização mediante a apresentação das requisições junto à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

**5.8.1.** A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter em local de fácil visualização, a indicação do número do pregão, número da nota de empenho e dados bancários atualizados, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

#### 6. CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**6.1.** O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, nas seguintes hipóteses:



Dionatan Tavares da Silva  
Sec. Murr. de Administração



Nestor Rubem Ellwanger  
Vice Prefeito Municipal



Tanaela Ellwanger Muller  
Subprocuradora do Município  
OAB/RS 86.371



Franciele Schröder  
Procuradora-Geral do Município  
OAB/RS 95.508

a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes dessa Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor não assinar o contrato quando convocado para tal, sem justificativa aceitável;

c) quando o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado se esse se tornar superior ao praticado no mercado;

d) quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou força maior;

**6.2.** A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nas alíneas “a)” a “d)”, será formalizado em processo próprio e comunicada por correspondência, com aviso de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

## **7. PENALIDADES**

**7.1.** Em caso de INADIMPLEMENTO do contrato, representado pelo descumprimento de quaisquer cláusulas, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

a) Multa equivalente a 5% (cinco por cento) por dia de atraso, limitado esta a 10 (dez) dias de atraso, após o qual será considerado inexecução contratual.

b) Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, sobre o valor remanescente, cumulado com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

c) Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulado com a pena de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

**7.2.** Em caso de discrepância de qualidade e quantidade no fornecimento do produto, em caso de vícios, defeitos ou incorreções dos produtos, o contratado disporá de um prazo de 5 (cinco) dias úteis para proceder as correções ou substituições que se fizerem necessárias, conforme dispõe o art. 69 da Lei nº 8.666/93.

Observação: As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

## **8. FISCALIZAÇÃO**

**8.1.** Cabe à prefeitura proceder à fiscalização rotineira do material recebido, quanto à quantidade, ao atendimento de todas as especificações e horários de entrega.



Dionatan Tavares da Silva  
Sec. Mun. de Administração



Nestor Rubem Ellwanger  
Vice Prefeito Municipal



Tanaela Ellwanger Muller  
Subprocuradora do Município  
OAB/RS 86.371



Franciele Schröder  
Procuradora-Geral do Município  
OAB/RS 95.508

**8.2.** Ao fiscal da ata está investido do direito de recusar, em parte ou totalmente, o material que não satisfaça as especificações estabelecidas.

**8.3.** A fiscalização da ata de registro de preços ficará sob a responsabilidade da Secretária Municipal Ginevra Haubert da Silveira.

## **9. CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR**

**9.1.** Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou não-aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a atrasar a entrega dos produtos no local onde estiver sendo executado o objeto do contrato:

- a) greve geral;
- b) calamidade pública;
- c) interrupção dos meios de transporte;
- d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e
- e) outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).

**9.2.** Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pela contratada.

**9.3.** Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado a Prefeitura Municipal, até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

## **10. FORO**

Para a resolução de possíveis divergências entre as partes, oriundas da presente Ata, fica eleito o Foro desta Comarca de Candelária.

## **11. CÓPIAS**

Da presente Ata são extraídas as seguintes cópias:

- a) uma (1) para a Divisão de Licitações;
- b) uma (1) para a empresa registrada;
- c) uma (1) para a Procuradoria Jurídica;

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas na presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Prefeito, representando a Prefeitura e pelo Sr. \_\_\_\_\_, representando a EMPRESA REGISTRADA.



Dionatan Tavares da Silva  
Sec. Murr. de Administração



Nestor Rubem Ellwanger  
Vice Prefeito Municipal



Tanaela Ellwanger Muller  
Subprocuradora do Município  
OAB/RS 86.371



Franciele Schröder  
Procuradora-Geral do Município  
OAB/RS 95.508

Candelária, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

**NESTOR RUBEM ELLWANGER**

Vice - Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
Representante da Empresa

Testemunhas:



**Dionatan Tavares da Silva**  
Sec. Mun. de Administração



**Nestor Rubem Ellwanger**  
Vice Prefeito Municipal



**Tanaela Ellwanger Muller**  
Subprocuradora do Município  
OAB/RS 86.371



**Franciele Schröder**  
Procuradora-Geral do Município  
OAB/RS 95.508